

ALFABETIZAÇÃO

Ler e escrever com significado

O projeto da Faculdade de Educação é ser um grande centro de formação e reciclagem; daí a importância do Curso de Especialização em Alfabetização, que está sendo ministrado pela professora Sílvia Braggio.

A língua escrita provê um esqueleto para a criação do significado, é interativa; o ato de ler é um ato construtivo. Portanto, o ensino da escrita – a alfabetização – não se deve centrar apenas nos sistemas mais abstratos da língua, tais como sons, letras, palavras e sentenças sem contexto. Para torná-los cognoscíveis, é preciso conferir-lhes um significado, extraído evidentemente do universo sócio-econômico e cultural da criança. Essa visão pedagógica, defendida pela teoria sócio-psicolinguística, é um dos principais temas abordados no Curso de Especialização em Alfabetização, que está sendo ministrado pela Faculdade de Educação da UFG, em convênio com a CAPES.

São 30 alunas, a maioria pedagogas, que ocupam cargos de coordenação de ensino em escolas públicas. “Achamos que está faltando – mesmo aos profissionais de nível superior – competência técnica e análise crítica dos conteúdos. Por isso, cursos como este (que começou em maio e tem duração prevista de 2 anos) são tão importantes; permitem interferir positivamente no ensino público, através do contato direto com orientadoras e coordenadoras. “Ao assimilarem uma nova mentalidade educacional, essas profissionais se transformam em agentes de mudança e a universidade cumpre seu papel”, afirma Marialzira Cavalcante Ziller, coordenadora dos cursos de especialização da FE. “No futuro – acrescenta ela – pretendemos aumentar bastante o número de cursos. A Faculdade de Educação quer ser um grande centro de formação e reciclagem”.

Na criança, o cidadão

“O que está sendo discutido neste curso” – diz a aluna Maria Socorro Silva do Vale, orientadora de alfabetização indígena – “se aproxima muito do trabalho que queremos desenvolver na Funai, baseado no respeito ao aluno, à sua língua, costumes e valores. Estamos buscando formas de colocar isso em prática, selecionando e produzindo material escolar condizente com nossa proposta pedagógica”. Mirtes Dias da Cunha, professora do curso de Pedagogia do Campus de Catalão, outra aluna do curso de especialização, diz ter repensado muitas coisas e hoje acredita que a criança e sua experiência cognitiva devem ser o centro da aprendizagem.

“É fundamental antever na criança o cidadão, e integrá-la na vida da comunidade, para que se sinta participante”, explica Sílvia Braggio, Phd em linguística pela Universidade de Berkeley (EUA) e responsável pela disciplina *A Questão Metodológica em Alfabetização*. “Enquanto estivermos oferecendo às nossas crianças cartilhas onde a língua é constricta em detrimento do significado, onde lacunas são preenchidas mecanicamente, onde somente uma interpretação é possí-

ve, estaremos criando indivíduos que passarão pela escola, mas que dificilmente usarão a língua escrita funcionalmente em suas vidas; estaremos apenas mantendo o *status quo*, não permitindo nenhum avanço das classes desprivilegiadas”.

Banir a cartilha

Sílvia diz que é preciso banir a cartilha, a memorização e a repressão das salas de aula. A criança pobre, cliente preferencial da escola pública, precisa ser respeitada. Sua linguagem – aparentemente truncada, cheia de “erros” gramaticais – é legítima, porque surgiu de experiências legítimas, próprias da classe sócio-econômica a que pertence. Corrigi-la insistentemente pode tirar-lhe a voz e a vontade de participar. “No vocabulário da criança pobre”, argumenta Sílvia, “há muita riqueza de informações e significados. Essa matéria-prima, de incalculável valor, deve servir de base para o alfabetizador da escola pública, especialmente”.

“Nos anos 60 – reconstitui a professora –, com a teoria da deficiência, a criança de classe baixa era considerada averbal, com capacidade restrita de raciocínio, isto é, biologicamente deficiente, já que seu meio ambiental não a estimulava. Havia, portanto, uma crença de que esta criança era incapaz de aprender. Nos anos 70, surgiu a teoria da diferença. A criança já não era mais considerada linguística e cognitivamente deficiente, mas diferente. À escola e ao professor caberia respeitar suas peculiaridades linguísticas e sócio-culturais. Nos anos 80, surgiu a abordagem sociopsicolinguística. A informação semântica é constituída pela experiência anterior, que o leitor traz para o ato de ler. É a procura do significado que preocupa e unifica o uso de estratégias e ciclos que o processo de aprendizagem requer”.

Toda essa ênfase na alfabetização tem como pressuposto a convicção de que os primeiros anos de vida e a forma pela



Com uma aprendizagem significativa, é possível derrotar de vez a teoria da deficiência



A criança pobre tem seu próprio universo temático e linguístico, que precisa ser respeitado

qual a criança aprende a ler e escrever influem decisivamente em suas experiências futuras. Se desde o início ela associar aprendizagem com significado, não terá dificuldades quando lhe forem apresentados novos desafios. Mas colocar em prática essa concepção de ensino, não é nada fácil. Poucos professores fazem uma escolha consciente pela alfabetização. Hoje, nas escolas públicas, essa tarefa está a cargo de profissionais com má formação teórica e péssima remuneração, o que afeta ainda mais seu rendimento. São poucas as exceções à regra. Para que as crianças de classe baixa aprendam significativamente, é preciso que os professores tenham, além de boa formação teórica, engajamento e amor pelo trabalho que executam.

O Interior está na programação do 2º semestre

A Faculdade de Educação já programou outros cursos para o segundo semestre de 88 e o primeiro semestre de 89:

** Mineiros – *Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior*. Começa em julho/88, com término previsto para julho/89. Destina-se à preparação dos futuros professores da Faculdade de Filosofia de Mineiros. São 30 vagas, já preenchidas, cinco delas reservadas para professores do Campus Avançado de Jataí.

** Porto Nacional – *Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior*. Destinado à formação dos professores da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (Gurupi e Araguaína). São 30 vagas e o curso inicia-se em janeiro de 89.

** Goiânia – *Curso de Legislação do Ensino Superior*. Especificamente para funcionários do DEMEC (Delegacia do MEC em Goiás). Já está em funcionamento e continua no próximo semestre.

** Goiânia – *Curso de Especialização para Professores de Cursos Técnicos de Magistério* (antiga Escola Normal). São 30 vagas, já preenchidas. As aulas começam em agosto. Em Goiânia, ainda, existem oito cursos que formam normalistas.



Marialzira Cavalcante Ziller: “Pretendemos aumentar o número de cursos”.